

Coordenação
RENATO BURANELLO

Financiamento do **AGRONEGÓCIO**

Comentários à Lei 13.986/2020

BÁRBARA HELENA BREDÁ
CARLOS GALUBAN NETO
DOMICIO DOS SANTOS NETO
ERIK OTOLI
FÁBIO ULHÓA COELHO
FRANCISCO DE GODOY BUENO
FRANCISCO TORMA
HENRIQUE VICENTIN LISBOA
JOSÉ AFONSO LEIRIÃO FILHO

JOSÉ ALVES RIBEIRO JÚNIOR
JOSÉ CARLOS VAZ
MARCELO FRANCHI WINTER
PHILLIPE KÄFER
RAFAEL MOLINARI RODRIGUES
RENATO BURANELLO
THALES SALDANHA FALEK
TIAGO ARAUJO DIAS THEMUDO LESSA

Prefácio

ROGÉRIO BOUERI



THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**

Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais

JULIANA MAYUMI ONO

Gerente de Conteúdo

MILISA CRISTINE ROMERA

Editorial: Aline Marchesi da Silva, Diego Garcia Mendonça, Karolina de Albuquerque Araújo Martino e Quenia Becker

Gerente de Conteúdo Tax: Vanessa Miranda de M. Pereira

Direitos Autorais: Viviane M. C. Carmezim

Assistente de Conteúdo Editorial: Juliana Menezes Drumond

Analista de Operações Editoriais: Alana Fagundes Valério

Analista de Conteúdo Editorial Júnior: Bárbara Baraldi

Estagiárias: Ana Amalia Strojnowski e Mirna Adel Nasser

Produção Editorial

Gerente de Conteúdo

ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES

Especialistas Editoriais: Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

Analista de Projetos: Larissa Gonçalves de Moura

Analistas de Operações Editoriais: Caroline Vieira, Damares Regina Felício, Danielle Castro de Morais, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto, Patrícia Melhado Navarra e Vanessa Mafra

Analistas de Qualidade Editorial: Ana Paula Cavalcanti, Fernanda Lessa, Thais Pereira e Victória Menezes Pereira

Estagiárias: Bianca Satie Abduch, Gabrielly N. C. Saraiva, Maria Carolina Ferreira e Sofia Mattos

Capa: Linotec

Lider de Inovações de Conteúdo para Print

CAMILLA FUREGATO DA SILVA

Equipe de Conteúdo Digital

Coordenação

MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO

Analistas: Gabriel George Martins, Jonatan Souza, Maria Cristina Lopes Araujo e Rodrigo Araujo

Gerente de Operações e Produção Gráfica

MAURICIO ALVES MONTE

Analistas de Produção Gráfica: Aline Ferrarezi Regis e Jéssica Maria Ferreira Bueno

Assistente de Produção Gráfica: Ana Paula de Araújo Evangelista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Financiamento do Agronegócio : comentários à Lei n. 13.986/2020 /
coordenação Renato Buranello. -- 1. ed. -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2021.

Vários autores.

Bibliografia

ISBN 978-65-5991-618-4

1. Direito agrário 2. Direito agrário - Brasil 3. Direito agrário - Legislação - Brasil
I. Buranello, Renato.

21-84595

CDU-347.243(81)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Agronegócio : Direito agrário 347.243(81)

Maria Alice Ferreira - Bibliotecária - CRB-8/7964

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	5
PREFÁCIO	7
ROGÉRIO BOUERI	
1. CRÉDITO PRIVADO E INFRAESTRUTURA DE MERCADO PARA FINANCIAMENTO DO AGRO-NEGÓCIO	17
RENATO BURANELLO	
1. Desenvolvimento da atividade e formação dos sistemas agroindustriais ...	19
2. Direito, economia e organizações nos SAGS	21
3. Desenvolvimento dos mercados financeiro e de capitais para o agronegócio	26
4. Infraestrutura de mercado e sistema privado de financiamento.....	32
4.1. Ampliação do volume dos recursos ofertados e redução dos custos de transação.....	32
4.2. Extensão do mecanismo de equalização de taxas às Instituições Financeiras autorizadas	33
4.3. Ampliação da participação do mercado de capitais	34
4.4. Desburocratização, simplificação e centralidade: transparência e segurança dos negócios no campo.....	35
4.5. Criação de histórico de crédito de produtores: Cadastro Positivo	36
Referências bibliográficas	38
2. DIRECIONAMENTO DOS RECURSOS OBRIGATÓRIOS, A DESINTERMEDIÇÃO BANCÁRIA E O PAPEL DAS AGFINTECHS	41
PHILLIPE KÄFER	
Introdução	43
1. ● Sistema Financeiro Nacional e o Sistema Nacional de Crédito Rural.....	43
2. Consideração sobre o Crédito Rural.....	47
3. As <i>AgFintechs</i> e sua possível contribuição para a distribuição e o direcionamento dos recursos obrigatórios e da poupança real.....	51

Conclusão.....	61
Referências bibliográficas	62
3. PANORAMA DOS TÍTULOS DO AGRONEGÓCIO APÓS A LEI Nº 13.986/2020	65
FÁBIO ULHÔA COELHO	
Introdução	67
1. Títulos rurais.....	67
2. Cédula de Produto Rural (CPR).....	68
2.1. CPR-física.....	69
2.2. CPR-financeira	70
3. Certificado de Depósito Agropecuário (CDA) e <i>Warrant</i> Agropecuário (WA)	71
4. Títulos de autofinanciamento do agronegócio.....	73
5. Título de securitização do agronegócio.....	75
6. Título de captação com lastro imobiliário.....	76
7. Regime cambial dos títulos do agronegócio	77
4. O FUNDO GARANTIDOR SOLIDÁRIO.....	79
FRANCISCO TORMA	
Introdução	81
1. A origem do FGS: o fundo de aval solidário.....	81
2. Reconstrução.....	83
2.1. De aval cruzado a Fundo Garantidor.....	83
2.2. Maior abrangência de operações	84
2.3. Retirada do limite máximo de devedores.....	84
3. Operacionalização.....	85
3.1. Natureza Jurídica.....	85
3.2. Operações.....	86
3.3. Formatação do Fundo	87
3.4. Utilização e Devolução de Valores.....	88
3.5. Estatuto	89
3.6. Necessidade de regulamentação.....	89
Conclusão.....	90
Referências bibliográficas	90
5. PATRIMÔNIO RURAL EM AFETAÇÃO: PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS, CRÍTICAS E DESAFIOS DE IMPLEMENTAÇÃO	93
RAFAEL MOLINARI RODRIGUES	
Introdução	95

1. Principais características do Patrimônio Rural em Afetação (PRA)	97
2. Principais críticas e desafios de implementação do Patrimônio Rural em Afetação.....	102
Considerações finais	106
Referências bibliográficas	106
6. CÉDULA IMOBILIÁRIA RURAL E O FINANCIAMENTO PRIVADO DE PROPRIETÁRIOS RURAIS	109
HENRIQUE VICENTIN LISBOA	
Introdução	111
1. Natureza jurídica da Cédula Imobiliária Rural.....	112
2. Legitimidade para emissão	113
3. Requisitos essenciais	114
4. Garantias	116
5. Registro, depósito, escrituração e negociação da CIR	116
6. Vencimento antecipado da CIR.....	117
7. Execução do título	118
Referências bibliográficas	118
7. SUBVENÇÃO ÀS COOPERATIVAS E AOS PRODUTORES RURAIS.....	121
JOSÉ CARLOS VAZ	
Introdução	123
1. Subvenção de encargos financeiros	123
2. Equalização de taxas de juros	123
3. Controle da subvenção.....	124
4. Aplicação irregular da subvenção.....	125
5. Considerações finais.....	126
Abrangência	126
Adequação e transparência.....	127
Conclusões	128
8. O NOVO REGIME JURÍDICO DA CÉDULA DE PRODUTO RURAL	129
MARCELO FRANCHI WINTER	
Introdução	131
1. Modificações na CPR.....	132
1.1. Definição de produto rural	132
1.2. Legitimados para emissão de CPR.....	133
1.3. Novas garantias	134

1.4. Registros.....	136
1.5. Variação cambial.....	138
1.6. Formato de emissão.....	139
Conclusão.....	141
Referências bibliográficas.....	141
9. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DE <i>COMMODITIES</i> AGRÍCOLAS.....	143
DOMICIO DOS SANTOS NETO	
Introdução.....	145
1. Definição.....	146
2. Origem.....	147
3. Principais espécies de propriedade fiduciária.....	150
4. Alienação fiduciária em garantia.....	151
4.1. Alienação fiduciária em garantia sobre bem móvel fungível.....	151
4.2. Propriedade fiduciária sobre bem móvel infungível.....	156
5. Alienação fiduciária de produtos agropecuários.....	158
5.1. Características especiais da alienação fiduciária de produtos agropecuários.....	158
5.1.1. Objeto.....	158
5.1.2. Legitimação.....	160
5.1.3. Regência.....	160
5.1.4. Extensão da garantia.....	160
5.1.5. Registro.....	161
5.1.6. Busca e apreensão.....	161
6. Essencialidade dos bens que são objeto da garantia fiduciária: necessária declaração.....	162
Conclusão.....	164
Referências bibliográficas.....	165
10. ESCRITURAÇÃO, REGISTRO E DEPÓSITO DE TÍTULOS DO AGRONEGÓCIO.....	167
ERIK OIOLI e BÁRBARA HELENA BREDA	
1. Alterações sobre registro, depósito e escrituração trazidas pela Lei nº 13.986/2020: títulos de crédito do agronegócio.....	169
2. Conceituação legal dos termos e aplicabilidade.....	171
3. Disposições sobre as entidades autorizadas: regulação da CVM e do Banco Central.....	173
4. Implicações das alterações no sistema de financiamento da atividade: uma análise sobre a validade e a segurança jurídica.....	175
Referências bibliográficas.....	177

11. OFERTA NO EXTERIOR DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO: INOVAÇÃO DA NOVA LEI DO FINANCIAMENTO DO AGRONEGÓCIO	179
JOSÉ ALVES RIBEIRO JÚNIOR	
Introdução.....	181
1. Breves notas sobre a securitização de recebíveis.....	182
2. Os Certificados de Recebíveis do Agronegócio	184
3. Nova lei do financiamento do agronegócio e a oferta de CRA no exterior....	189
Conclusões	192
Referências bibliográficas	193
12. AS RESTRIÇÕES AOS ESTRANGEIROS, AS OPERAÇÕES ESTRUTURADAS DE CRÉDITO COM ALIENAÇÃO IMOBILIÁRIA E A LEI DO AGRO	195
FRANCISCO DE GODOY BUENO	
Introdução.....	197
1. As restrições impostas pela Lei nº 5.709/1971	198
2. A importância das alterações promovidas na Lei do Agro para a atração de investimentos estrangeiros.....	204
3. A finalidade dos negócios e a aquisição indireta de imóveis rurais	205
Considerações finais	206
Referências bibliográficas	207
13. INVESTIMENTOS ESG E TÍTULOS VERDES	209
TIAGO ARAUJO DIAS THEMUDO LESSA	
1. Breves considerações iniciais.....	211
2. Recentes inovações.....	213
2.1. A Lei do Agro: Lei nº 13.986/2020	213
2.2. CBIO: Créditos de Descarbonização.....	217
2.3. Lei de Pagamento por Serviços Ambientais.....	218
3. Desafios e espaço para aprimoramento	219
14. A CPR E A RECUPERAÇÃO JUDICIAL – ANOTAÇÕES SOBRE AS ALTERAÇÕES DAS LEIS 13.986/2020 E 14.112/2020	223
JOSÉ AFONSO LEIRIÃO FILHO e CARLOS GALUBAN NETO	
1. Considerações introdutórias: a importância da Cédula de Produto Rural para o financiamento da produção rural	225
2. A Lei do Agro e a CPR nas recuperações judiciais: um passo tímido, mas necessário.....	228
3. Lei nº 14.112/2020 e a CPR nas recuperações judiciais – uma pequena alteração legal com a intenção de proteção aos agentes financiadores	233

16 | FINANCIAMENTO DO AGRONEGÓCIO: COMENTÁRIOS À LEI 13.986/2020

Conclusão.....	236
Referências bibliográficas	236
15. CONSIDERAÇÕES SOBRE A TRIBUTAÇÃO DA CÉDULA DE PRODUTO RURAL	237
THALES SALDANHA FALEK e BÁRBARA HELENA BREDÁ	
1. Aspectos iniciais sobre a CPR primeira industrialização.....	239
2. Imposto sobre operações financeiras: considerações gerais e análise sobre suas principais modalidades.....	241
2.1. IOF – Títulos e Valores Mobiliários.....	243
2.2. IOF – Crédito	244
3. Da efetiva incidência do imposto sobre operações financeiras.....	245